

ASPECTOS DA GESTÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

ASPECTS OF BRAZILIAN EDUCATIONAL MANAGEMENT

Keila Simone dos Anjos¹

SAVIANI, Dermeval. **PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do mec. Campinas: Autores Associados, 2009.

Nessa obra, Saviani (2009) reflete sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em abril de 2007, onde busca entender em que medida o PDE é capaz de enfrentar a problemática da qualidade da Educação, no seu lócus de atuação, na Educação Básica. Faz um estudo da sua composição, identificando as ações que o desdobram. O texto está organizado sistematicamente em momentos diferentes nos quais apresenta aspectos da Educação e os discute criticamente, como: a definição do PDE; a sua comparação com o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024); a qualidade da Educação; os aspectos técnicos, financeiros e os recursos humanos, no que concerne à questão salarial dos professores. Nessa análise, realiza um confronto do PDE com as metas dos planos nacionais de educação; contudo, centra maior atenção do PNE (2014-2024) ainda em vigência, quando verifica uma certa singularidade do PDE nas questões relacionadas à qualidade do ensino e suas fragilidades nesse intento. Assim, identifica, entre as ações previstas, quais estão direcionadas ao combate às desigualdades, no que tange à educação no território nacional.

A qualidade da Educação Básica simboliza, assim, a razão da criação do PDE que, no levantamento realizado por Saviani, no *site* do MEC, agregava 30 ações no início da sua implementação, focadas nas etapas e modalidades desse nível de ensino, sendo ampliadas para 41 ações em 2009. Observou também oscilações nessas informações, pois, em 2008, foram registrados 59, denunciando uma redução de 18 ações de 2008 para 2009, o que implica na redução de recursos e, por consequência, comprometimento com a qualidade evocada nos discursos do MEC. Por conter riqueza de informações, a obra se assemelha a um guia de bolso para ser consultada pelos interessados pela gestão educacional, além de gestores e técnicos educacionais, pois, Saviani objetiva descrever a composição do PDE e a sua aceitabilidade nacional. Porém, apesar desse objetivo aparentemente descritivo, faz críticas ao afirmar que o PDE, mesmo com grande aprovação, tal como foi elaborado, não

¹ Doutoranda em Educação. Universidade Federal do Pará. E-mail: keila.anjos@altamiraeduc.com.br

apresentava condições de cumprir com as suas promessas, pois seus frágeis mecanismos de controle abriam brechas para a manipulação dos dados educacionais dos municípios, quando prefeituras mascarariam as informações no intuito de garantir os recursos, comprometendo qualidade da Educação.

Um grande “guarda-chuvas”. Essa é a descrição usada por ele para proporcionar ao leitor uma visualização do tamanho e da importância do PDE em relação aos programas educacionais federais, sendo, pois, um marco das políticas públicas direcionadas à Educação Básica sendo, pois, desenvolvido de forma articulada com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), quando também foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no qual são refletivas ações que estavam atreladas à pauta do MEC, ou seja, sobre todas as suas áreas de atuação, como, por exemplo, níveis e modalidades de ensino, medidas de apoio e de infraestrutura. Além de descrever com minúcia as ações que incidem sobre a Educação Básica, Saviani também discute o seu financiamento ao contextualizar a transição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), ocorrido em 2006, quando o raio de abrangência que anteriormente estava restrito no Ensino Fundamental, é ampliado para toda Educação Básica, ou seja, à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, e a contrapartida dos Estados e municípios quanto aos investimento em Educação é ampliada.

O autor, ao contextualizar o PDE, relaciona-o com a conjuntura econômica-sócio-política dos primeiros anos de sua implementação e, paralelamente, faz uma discussão sobre o IDEB e o tamanho da sua importância como parâmetro às ações do MEC, pois passa a inspirar a elaboração e reelaboração de programas e as ações que, obrigatoriamente, são direcionadas à elevação do índice que, na primeira edição, em 2005, registrou a média nacional de 3,8, sendo o objetivo elevá-lo para 6,0, até 2022, ano que marca 200 anos da independência política da república brasileira. Ao discutir a implementação da Lei do Piso Nacional do Magistério fala da necessidade de ampliação salarial dos professores, além de citar a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que passou a oferecer formação inicial e continuada aos docentes da Educação Básica, enumera e conceitua os programas educacionais atrelados às ações de monitoramento, controle e avaliação da Educação Básica, assim como as ações incluídas posteriormente a sua criação. Classifica aquelas destinadas

ao Ensino Fundamental, ao Ensino médio e, inclusive, as específicas do Ensino Superior. Além disso, descreve as criadas às modalidades de ensino.

O texto também apresenta uma contextualização histórica da luta dos professores por melhores salários e condições de trabalho favoráveis ao processo de ensino e aprendizagem, desde a década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), passando pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, pela reforma estatal da década de 1990, até chegar nos mandatos do governo Lula (2003-2010), quando verifica a aproximação deste com o Capital internacional e o seu distanciamento das bases originais, que fundamentaram sua campanha eleitoral. Assim, políticas públicas neoliberais passam a direcionar as decisões do governo do PT, onde o PDE surge como o responsável pela agenda dos compromissos educacionais em um movimento denominado “Compromisso Todos pela Educação” e um aglomerado de grupos econômicos acabam assumindo a coordenação das decisões relacionadas à educação e, conseqüente, captam uma fatia significativa dos recursos públicos. Desse modo, os dados estatísticos referentes ao funcionamento das escolas públicas de Educação Básica, representados pelo IDEB, passam a direcionar as ações do PDE cujos recursos, oriundos do Fundeb, são direcionados às escolas com os piores resultados. Apesar do envolvimento internacional nas medidas adotadas pelo MEC, o autor reconhece que o IDEB representa um avanço por seu aspecto técnico, pois possibilita, por um padrão comum, aferências em âmbito nacional, ou seja, de cada escola pública de Educação Básica brasileira. A educação, apresentada nessa análise crítica desenvolvida por Saviani, expõe de forma clara e objetiva, os limites e possibilidades do PDE considerado por Saviani como uma das propostas, relativas à política educacional, mais polêmica das que já foram executadas pelo MEC. Aliada à análise de diversos documentos legais, responsáveis pela instituição do PDE, o texto possibilita uma leitura ágil, além de servir como um manual para consultas de pesquisadores da área da gestão educacional, aos próprios gestores educacionais, professores, pais e alunos distribuídos nos mais remotos lugares do Brasil, podendo elucidar a compreensão e despertar o senso crítico sobre a problemática da gestão educacional em meio à perspectiva neoliberal que a fundamentou.